



# Anais da Assembleia

Nº 25

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 21.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1992  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, João Preis, José Arthur Ritti, Nelson Justus e Nilton Barbosa (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação da Ata.

(E procedida a verificação de votação da Ata).

23 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 79/92.

Senhor Presidente.

Em consequência de inadiáveis compromissos numa carregada agenda de atividades assumidas nesta terça-feira na Região Noroeste do Estado, impraticável se faz minha presença aos trabalhos legislativos em Plenário nesta Casa de Leis, razão por que solicito justificativa à minha falta.

Sendo só o que se me oferece no momento, ao ensejo, antecipo sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 31.03.92

(a) ARLINDO TROIAN

Indicação:

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação de Vossa Excelência, relacionamos os nomes dos Deputados que compõem a Bancada do PST nesta Casa, com vistas à recomposição das vagas efetivas e suplentes das comissões técnicas deste Poder.

DIRCEU MANFRINATO

EDSON SILVA LINO

GERALDO CARTARIO

JOÃO PREIS

JOSÉ ARTHUR RITTI

LUIZ CARLOS MARTINS

NEIVO BERALDIN

NILTON BARBOSA

Sendo só o que se apresenta, reitero a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.03.92

(a) GERALDO CARTARIO

Líder do PST

Requerimentos:

## REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 059/92, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Amigos do Museu de Arte Contemporânea - MAC e do Museu da Imagem e

do Som - MIS - AA - MAC/MIS", com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.03.92

REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 31.03.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o duto Plenário, a retirada por 3 (três) sessões, do projeto de sua autoria que isenta em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos aposentados que ganham até 04 (quatro) salários mínimos.

Sala das Sessões, em 31.03.92

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, em conformidade com o Art. 132, § 2º, inciso VIII do Regimento Interno, o adiamento das discussões do Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário.

Sala das Sessões, em 31.03.92

(aa) ERNANI PUDELL  
OVIDIO CONSTANTINO  
DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Universidade depende de amplo debate com a sociedade civil.

Fundamental também é que seja realizado um estudo sobre o déficit educacional de 3º grau da Região Metropolitana de Curitiba.

As Universidades Estaduais ora existentes estão praticamente falidas, e o ensino fundamental vem sendo sucateado ano após ano, com sucessivas perdas salariais dos professores e total descaso do Governo em relação às Escolas Públicas. Com estes dados reais, como discutir a criação de mais uma Universidade sem a certeza de sua conveniência no momento?

Face a essas dúvidas, requeremos o adiamento da discussão por dez sessões.

REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 31.03.92

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 511/91, constante da Ordem do Dia de hoje em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 31.03.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, cumprimento por parte da Mesa Executiva, ao Art. 94, § 1º, do Regimento Interno desta Casa, que diz o seguinte: "Salvo deliberação do Plenário, nenhum projeto entregue à discussão inicial ou única, entrará na Ordem do Dia, sem que figure em pauta; ficando sobre a mesa, para conhecimento e estudo dos Deputados, durante três sessões consecutivas e sendo publicado na íntegra, pelo menos uma vez, na Ordem do Dia."

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO  
ERNANI PUDELL  
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Edson Silva Lino, Renato Adur, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Lúcio Machado, Arlindo Troian, Paulo Maia, Carlos Simões, João Iensen, Costenaro Neto, Algaci Túlio, Albino Corazza, Neivo Beraldin, César Silvestri, João Preis, e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A publicação da pauta no final do caderno da Ordem do Dia, conforme vinha sendo feito no início deste ano, facilita o estudo e o preparo das matérias em discussão e votação, qualificando o debate em plenário.

O processo legislativo passa a melhorar em muito a sua qualidade quando os Deputados e suas assessorias têm conhecimento prévio das matérias a entrarem na Ordem do Dia, após os três dias de pauta. A busca de dados, informações, etc., facilita a compreensão e posicionamento por parte das Bancadas, amadurecendo as decisões finais acerca das iniciativas apresentadas.

Assim sendo, apelamos para a Mesa Executiva o cumprimento do R.I. no que diz respeito à pauta. Certificando que o Regimento é feito para ser cumprido, não apenas neste artigo, mas em todo o seu conjunto de artigos.

REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que o Digníssimo Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, analise e dirima a questão regimental a seguir aduzida:

- 1 - A Deputada, Relatora do Projeto de Lei nº 492/91, surpreendeu-se ao verificar na Ordem do Dia distribuída nesta data, a existência de dois pareceres exarados pela Comissão de Educação, pelo mesmo Relator em datas diferentes, com idêntico teor, o primeiro rejeitado e o segundo aprovado.
- 2 - Mas o Regimento Interno desta Casa é bastante claro, ao estabelecer em seu art. 51, § 5º que: "Se o parecer do Relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo Relator, dentre os que a constituem". (grifo nosso)
- 3 - Pela leitura dos Pareceres divulgados hoje, não houve a observância do dispositivo regimental. Devemos lembrar que o Parecer apresentado à Comissão de Educação, em dezembro de 1991, teve o voto contrário de todos os Deputados Membros presentes. Em vista desta rejeição, caberia a escolha de novo Relator, para oferecer Parecer de acordo com a decisão contrária à deliberação do primeiro Relator. Mas tal não aconteceu, como se pode verificar do Parecer datado de 18 de março próximo passado, que inclusive mantém "ipsis litterae" os termos do Relatório rejeitado.
- 4 - Em vista destes fatos, a Deputada REQUER ao Senhor Presidente, que esclareça em definitivo a questão aqui arguida, em respeito às normas regimentais garantidoras da correta condução do processo legislativo.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) EMILIA BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER oficiar ao Senhor LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, Diretor do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, no sentido de agilizar as obras de ampliação da sede da 11ª Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cornélio Procópio necessita com brevidade, a construção do prédio que abrigará a 11ª Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN. Atualmente está instalada em um prédio sem conservação e com precário atendimento, em fun-

ção do reduzido espaço físico.

Observar também, que Cornélio Procópio recebe das CRT's, grande número de processos de transferências e licenciamentos de veículos e outros serviços prestados pela 11ª CIRETRAN.

#### REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizada a construção de acostamento nas ruas do perímetro urbano do Distrito de Guaiporã, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Vereador Moisés Mendes.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Guaiporã, pertencente ao município de Iporã, apresenta uma taxa de crescimento urbano significativo, porém as ruas da sede do distrito, aquelas pavimentadas, não apresentam segurança aos transeuntes, pois não dispõem de acostamento, causando sérios e constantes acidentes.

#### REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que seja viabilizado urgentes reparos e melhorias nas dependências da Escola Municipal Franklin Roosevelt, localizada no Distrito de Guaiporã, em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme exprime o nobre Vereador Moisés Mendes Sanches, em sua petição, dizendo:

"Considerando não dispor a Escola Municipal Franklin Roosevelt, do Distrito de Guaiporã de sala para professores, biblioteca e sanitários reservados aos professores, e, considerando que tal deficiência está já a prejudicar o andamento regular e normal daquele estabelecimento de ensino, sugerimos à FUNDEPAR, que venha a construir", atendendo reivindicação daquela comunidade.

Além do que a escola está em precárias

condições de uso, colocando em risco as crianças e os adultos que a frequentam.

Projetos de Lei:

REQUERIMENTO N° 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, MOACIR FAVETTI, expediente solicitando a liberação de recursos financeiros, para reparos e melhorias na Delegacia de Polícia do Município de Prudentópolis.

É extremamente precário o estado em que se encontra a Delegacia de Polícia do Município ora suplicante, notadamente em sua área predial, com diversas rachaduras, falta de pintura e a falta de equipamentos adequados como, armamentos e materiais administrativos.

É com segurança que afirmamos, a insegurança daquele Município agrava-se a cada dia que passa, pois, desprovida de tais necessidades, aquela Delegacia de Polícia fica de mãos atadas no combate aos marginais.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente à TELEPAR, solicitando a implantação, ainda no presente exercício de 1992, de um POSTO DE SERVIÇO TELEFÔNICO - PS, na localidade de Banhados, Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Entre Rios, no Município de Guarapuava, é sabidamente um dos mais progressistas do Estado do Paraná, habitado por uma população reconhecidamente trabalhadora, descendentes do povo Suábio, que há mais de quarenta anos veio viver naquela região, transformando aqueles campos na realidade atual, conhecida de todo o País.

Entretanto, a localidade de Banhados, naquele Distrito, vem há muito reivindicando um Posto Telefônico - PS, para suprir suas necessidades básicas de comunicação, solicitação esta, endossada pelo ilustre Vereador OSDIVAL GOMES DA COSTA, de Guarapuava, em requerimento aprovado pela Câmara Municipal em dezembro passado.

Dessa forma, solicitamos à TELEPAR, urgentes providências, no sentido da implantação, ainda neste exercício, do PS na localidade de Banhados.

PROJETO DE LEI N° 077/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, fundada em junho de 1988 e registrada sob n° 579 / Livro A / Registro de Títulos e Documentos / 18 de julho de 1988, no Município de Renascença - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A APAE, de Renascença - PR, surgiu como um alento a mais para pais e para crianças e jovens portadores de algum tipo de excepcionalidade, numa região de grande incidência de anormalidades. No princípio, as escolas locais adaptavam-se e improvisavam para oferecer um atendimento precário. As entidades especializadas foram surgindo em municípios maiores, oferecendo melhor opção aos mais afortunados; até que, como sucedâneo aos apelos cada vez mais fortes da população crescente de pais que viam aumentar o número de excepcionais a cada dia, e de professores que, pelo aumento das responsabilidades curriculares do curso regular, já não podiam dividir-se, foi criada, também em Renascença, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; imediatamente colocada sob o manto orientador da Secretaria de Estado da Educação, a fim de que o atendimento, por meio da Escola Especial Começo de Vida, pudesse ser implementado com recursos de pais, comunidade e Prefeitura local.

Dando atendimento especializado a 47 alunos regularmente inscritos, a APAE de Renascença sempre honrou os objetivos da sua constituição, materializada pelo Estatuto que os estabeleceu, e tem sido mantido vigilante no resguardo do interesse dos alunos excepcionais.

Como todas as entidades especializadas nesse campo, também a APAE de Renascença sobrevive às custas de donativos, de recursos de entidades oficiais ou do repasse dos recursos previstos no orçamento da Secretaria da Educação do Paraná, o que via de regra não é suficiente para as exigências do trabalho prestado, impondo à diretoria da entidade, a preocupação diuturna - de buscar novas fontes de recursos para manter viva e atuante a APAE de Renascença.

O reconhecimento de Utilidade Pública, ora proposto, abrirá, sem dúvida, novas trilhas no árduo caminho da entidade, que

poderão habilitar-se a fontes de todas as esferas oficiais; pelo que esperamos o apoio unânime dos ilustres Pares, aprovando o presente projeto de lei com a desejada unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 078/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São João do Caiuã.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.92.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Insta salientar, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, tem por finalidade prestar atendimento especializado a portadores de deficiência mental moderado treinável, severo e portador de múltipla deficiência.

Cabe informar, que a referida associação presta assistência educacional e social gratuita às crianças portadoras de deficiência, de acordo com os princípios que regem a Educação Especial e em consonância com a filosofia que norteia a sua ação educativa.

Salienta-se ainda a orientação dada aos pais dos alunos e responsáveis, com intuito de fazer com que estes colaborem no processo educacional e habilitação do excepcional.

Como medida preventiva a associação procura, por intermédio de palestras, imprensa falada e escrita, o esclarecimento à comunidade em geral sobre o problema do excepcional, e ainda a promover, através de iniciativa própria ou com auxílio de órgãos da comunidade e do estado medidas de prevenção primária e secundária para a diminuição dos casos de excepcionais existentes.

A uma associação que desempenha tão nobres tarefas nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje pela manhã tivemos a grata satisfação de participar de uma importante reunião da Organização das Cooperativas do Paraná, com a participação de todos os segmentos cooperativistas do Estado do Paraná no Círculo Militar.

Foi de fato uma assembléia das mais

importantes e lá tivemos a oportunidade de observar, de ouvir e sentir o sofrimento do agricultor. O sofrimento daquele que labuta com a terra.

Primeiro tivemos a estiagem de janeiro e ali frustração de safra agrícola e agora o excesso de chuvas mas tudo isto é muito pouco em relação ao descaso que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura vem dando a este setor dos mais importantes da vida brasileira que é a agropecuária.

Constatamos que lamentavelmente o Governo Federal não vem cumprindo aquelas promessas. E verdade que aconteceram algumas conquistas que daí o agricultor passou a plantar em 1991 e 1992 muito mais do que na safra anterior, mas na verdade e além da frustração climática a questão governamental é muito mais difícil e é nesse sentido que estamos elaborando um requerimento ao Senhor Ministro da Agricultura, não sabemos se será o ex-Ministro Cabrera ou um futuro, pedindo uma atenção especial no que se refere a EGF.

Eis que passarei a ler um trecho apenas de um documento elaborado pelas cooperativas ou melhor dizendo pela Organização das Cooperativas Brasileiras em Brasília.

O documento em seu item um tem os seguintes dizeres e é exatamente embasado nos dizeres deste item é que estamos encaminhando à apreciação da Mesa e do Plenário desta Casa, dada a sua relevância, dada a sua importância. Diz o seguinte o item 1º deste documento: "A liberação de recursos para garantir o pagamento do preço mínimo aos produtores de milho, arroz, feijão e algodão, na forma como foi aprovada, somente permitirá o atendimento aos produtores que financiaram suas lavouras. Apesar das normas possibilitarem o financiamento de 100% da produção, os créditos oferecidos têm-se limitado ao saldo do débito de custeio, acrescido de 10%". Vejam, Senhores Deputados, que aquele agricultor que plantou sob o custeio dos seus próprios recursos não estão amparados nestas condições. Os demais realmente não se utilizam dos benefícios. Daí, é claro, dando sequência ao documento: "Tem-se, ainda, como agravante o fato de que, para o algodão, somente poderá ser feito o EGF/SOV e, para o milho, arroz e feijão o EGF/COV estará disponível apenas para os pequenos produtores". E é lamentável que não seja estendido também aos médios e até grandes produtores porque estes também representam alguma coisa de positivo no setor. E é neste sentido que diz aqui: "propomos sejam liberados os recursos do EGF suficientes para atender também a produção financiada com recursos próprios dos produtores ou das cooperativas, através do sistema troca-troca. Propomos ainda que o EGF/COV

seja estendido com prioridade aos pequenos produtores e cooperativas do Grupo I, relativamente a totalidade de suas produções de arroz, feijão, milho e algodão. Nestes casos os recursos devem ser alocados diretamente às cooperativas". E é pois neste sentido que gostaríamos da atenção dos Senhores Deputados, aprovando este nosso Requerimento. Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Doutor Rosinha.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, eu solicito a minha inscrição no Pequeno Expediente.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, os jornais do Paraná têm anunciado praticamente a absolvição do Sr. Marcos Panisa, assassino de Fernanda, a sua ex-esposa. Nós queremos analisar não como um caso individual e separado dos demais casos de violência do gênero que ocorrem em nosso País. A violência contra a mulher parece ser prática corrente e coerente em nossa sociedade, quando o homem se coloca como um ser superior. Marcos Panisa assassinou sua esposa com 72 facadas e num primeiro momento foi condenado a 20 anos e seis meses de prisão. Recorreu, aguardou em liberdade o julgamento e agora foi condenado a uma pena de 9 anos e como é primário provavelmente não será preso. Alguma coisa nos deixa tristes em tudo isto. Uma delas é essa violência contra as mulheres de uma maneira geral em nossa sociedade. Diz a Folha de São Paulo que só no ano de 89 houve mais de 16 mil espancamentos, houve mais de 700 estupros e a sociedade praticamente fica calada.

Diz a Imprensa, se nós pegarmos as manchetes, que uma única pessoa em Recife, um advogado, cometeu mais de 40 estupros e nunca foi condenado a nada. Mulheres são assassinadas pelo marido, são espancadas por esse Brasil afora; e a sociedade, machista, e dominada pelo homem, mantém-se amordaçada e nada falando e não tomando posição. Isso é uma das coisas que nos entristece.

Uma outra, que o advogado de defesa do Sr. Marcos Panisa, Sr. Valdir Troncoso Peres, chama a vítima de prostituta para justificar um assassinato com 72 facadas.

Os homens de uma maneira geral usam as mulheres como objeto de satisfação de seus desejos, sejam eles físicos, materiais ou psicológicos. E, após a sua satisfação individual ou coletiva como sociedade capitalista, despreza essas mulheres como se fossem objetos descartáveis, algumas sendo abandonadas pela sociedade, outras espancadas e outras assassinadas.

E a nossa Justiça, que poderia em muito contribuir para um basta, inocenta a maioria desses seres violentos, que geralmente são homens. A nossa Justiça não condena os ricos, não condena os crimes do gênero e não tem condenado os crimes de raça em nosso País.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, ficamos indignados com esse tipo de posição, porque se Marcos Panisa é homem e é rico não deixa de ter cometido um crime e, como assassino que é, nós cobramos da Justiça paranaense que o faça cumprir a pena que ele merece, e nós entendemos que ele não merece uma pena de 9 anos, vivendo em liberdade porque com 72 facadas para assassinar uma pessoa que foi a sua companheira e que provavelmente ele via nela um objeto e, assim, não querendo mais o uso, desprezou-a, assassinando.

Cobramos justiça em todos esses crimes do gênero em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente faço uma referência ao discurso que há pouco aqui pronunciou aqui o nobre Deputado Eurides Moura quando reclamara que o Governo Federal não libera em tempo oportuno e na quantia suficiente recursos para a comercialização da safra agrícola.

Enquanto Vossa Excelência falava, nobre Deputado, eu anotava aqui uma reflexão a respeito das leis neste País. É uma cultura que já vem desde o tempo da América Colonial. Na América Colonial Espanhola era costume dizer: a lei se acata, porém não cumpre.

É neste Brasil, influenciado por essa cultura da América Colonial Espanhola, há muitas leis que nós acatamos e não cumprimos. É decorrência dessa cultura que precisa ser mudada. Nós precisamos prevalecer neste País a cultura inglesa de que já falava Thomas Hobbes. Ele dizia que as leis devem ser poucas e boas e que as leis existem para proteger os homens de si mesmos. Veja Vossa Excelência a diferença dessas duas culturas. Se nós tivéssemos poucas leis, porém boas, mas que cumprissem, nós teríamos um Ordenamento Jurídico mais eficaz efetivamente.

Mas eu queria também Senhor Presidente, registrar um comentário do jornalista Luiz Geraldo Mazza, na sua coluna na Folha de Londrina, um jornalista bastante crítico, traz aqui uma notícia a respeito do Banco do Estado. Diz o jornalista Luiz Geraldo Mazza: "O Banco do Estado com um lucro de 29.706.000.000 de cruzeiros, sem



que se tenha usado, como no caso do BANES-PA, a fuga a débitos incontornáveis, é prova de que o estabelecimento entra nos eixos e corresponde à realidade do mercado dinâmico. Também é especialmente destacável o fato de que a rentabilidade do Banco do Estado sobre o patrimônio líquido alcança 16,84%. É o reconhecimento desta recuperação do Banco do Estado. Efetivamente, após este balanço, se mostra como o mais rentável, o mais dinâmico e o mais enxuto de todos os bancos brasileiros.

Senhor Presidente, se o tempo me permite também, eu venho aqui hoje para falar da minha aldeia, da minha aldeia do Paraná, especialmente, da minha aldeia de Cornélio Procopio.

Ao fazê-lo Senhor Presidente e Senhores Deputados, trago aqui o poeta português Fernando Pessoa quando diz:

"O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, mas o Tejo não é mais belo do que o rio que corre pela minha aldeia, porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia". Por isso nós vamos cantar uma unidade do Paraná. Vamos falar sobre a nossa aldeia de Cornélio Procopio. Eu vi aqui na publicação também da "Folha de Londrina": "Cornélio Procopio entrega importantes obras no primeiro trimestre de 92" e diz mais, de acordo com a revista Dirigente Municipal, do grupo Visão: "O Município de Cornélio Procopio aos 54 anos, continua em pleno desenvolvimento". Em recente pesquisa publicada pelo grupo Visão da Dirigente Municipal, destacou-se como o primeiro do Estado e o terceiro do País. O que quer dizer isso aqui? Quer dizer que é o primeiro município do Estado em desenvolvimento, é o município dotado, tem todo equipamento urbano necessário para possibilitar ao seu povo, uma boa qualidade de vida, é um município que tem um equipamento urbano de água, esgoto, luz, asfalto, telefone, moradias, casas, hospitais e escolas, inclusive uma faculdade de ensino superior com mais de 2500 alunos, vias de acesso a todos os cantos do País, possibilita realmente, uma boa qualidade de vida à sua população.

Além de experimentar, de viver esse desenvolvimento social com uma boa distribuição da renda e com uma economia bem diversificada nos três setores, setor primário, setor secundário, setor terciário da economia, ela também experimenta um pujante desenvolvimento econômico, haja vista que no momento, 32 novos prédios de muitos andares se encontram em construção naquela cidade.

É realmente um município que experimenta com grande desenvolvimento econômico, social e político.

Em respeito à disciplina vejo que o

Senhor Presidente aciona a campainha e eu encerro por aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nilton Barbosa.  
(Declina).

Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, pretendo, neste momento, prestar algumas informações à Casa e em especial ao Deputado Ademar Traiano que, lamentavelmente, não se encontra presente, mas procurei Sua Excelência para informá-lo de que falaria hoje a respeito do seu Pedido de Informações ao Governo do Estado e esclarecer alguns fatos que Sua Excelência questiona, em um Pedido de Informações, e que tenho certeza absoluta será respondido pelo Governador Roberto Requião para que além das informações que pretendo aqui prestar, possa esta Casa também ser atendida em um dos direitos mais elementares do Parlamentar, que é o Pedido de Informações, aprovado pelo douto Plenário.

Sua Excelência dias atrás encaminhou um Pedido de Informações a respeito de esclarecimento de um edital de prequalificação de empresas de consórcios interessados em participar da concorrência para o projeto de engenharia e estudos de impacto ambiental da Usina de Salto Caxias, localizada no Rio Iguaçu, aqui no Estado do Paraná.

Sua Excelência faz alguns questionamentos, dentre os quais os seguintes:

"Qual a razão de licitar a totalidade dos serviços de projetos sem a elaboração antecipada do RIMA ( RIMA é uma sigla que significa: Relatório de Impacto do Meio Ambiente) conforme exige a Legislação anterior?"

Segunda pergunta: "Como poderá uma empresa concorrente orçar os serviços de projeto básico e executivo se não dispõe de localização ou arranjo definitivo?"

Terceira pergunta: "Por que colocar em risco a melhor aplicação dos escassos recursos existentes?"

Quarta pergunta: "Sendo os estudos ambientais de fundamental importância, qual a razão de não se exigir também experiência neste setor?"

E conclui perguntando por que foi dado apenas um prazo útil de aproximadamente 35 dias, quando, segundo o seu entendimento, dever-se-ia ter dado um prazo de pelo menos 90 dias.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, gostaria de analisar este Pedido de Informação através de um pronunciamento que procurei redigir para que, dada

a importância da matéria, não são os questionamentos ficassem sem respostas mas também outros assuntos que dizem respeito a essa importante obra pudessem também aqui serem tratados e trazidos ao conhecimento desta augusta Casa.

(Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Causaram-nos a mais profunda estranheza as afirmações do Deputado Ademar Luiz Traiano na sessão de 18 de março, em que ele coloca em dúvida a correção e a transferência das ações do Governo do Estado e da COPEL na condução do processo para a construção da Usina de Salto de Caxias.

Desde logo queremos assegurar que são absolutamente improcedentes as alegações do Deputado de que a COPEL estaria tratando com descaso as questões ambientais, descumprindo as Constituições Federal e Estadual e ensejando "Favorecimento" no processo de pré-qualificação de empresas para a licitação dos estudos de meio ambiente e dos projetos básicos e executivos de engenharia da Usina.

Devemos dizer, em primeiro lugar, que a Usina de Salto Caxias, com um milhão de quilowatts, é da maior importância para suprir as necessidades de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil a partir de 1999, não existindo - ao contrário do que supõe o Deputado Traiano - alternativas mais baratas para substituí-la.

Como sabem os Senhores, a ordem de construção de usinas é estabelecida, no planejamento federal, com base exatamente na economicidade, ou seja, as usinas de menor custo são construídas antes, e a Usina de Caxias, justamente por ser a obra mais barata dentre as 35 com início programado para a atual década, será a próxima a ser construída.

Além disso, já se sabe que - devido ao tamanho relativamente modesto de seu reservatório em relação à capacidade da Usina - ela terá impacto ambiental sensivelmente menor do que outros empreendimentos de mesmo porte.

Ainda quanto à questão ambiental, esclareceu-nos o Presidente da COPEL que aquela empresa fixou como primeiro objetivo da licitação a realização de novo estudo de impacto ambiental, que resultará no RIMA de Salto Caxias, uma vez que o realizado na época do estudo de viabilidade não atende às exigências da Legislação atual, que são bem mais abrangentes.

E esse novo estudo de impacto ambiental, tal como manda a Lei, será realizado previamente à instalação da Usina.

O que ocorre é que, como o novo estudo demandará cerca de 14 meses, a COPEL pre-

cisa, paralelamente, iniciar também os estudos relativos ao projeto básico, para não comprometer o cronograma da Usina, que deverá entrar em operação de 1998, conforme determina o Programa Decenal de Geração da ELETROBRÁS.

Isso porque, se a COPEL fosse esperar os 14 meses necessários à conclusão do estudo ambiental para, só depois, iniciar o estudo do projeto básico, haveria atraso de igual período na conclusão da obra, com prejuízo para todos os consumidores.

Insistimos, porém, que a legislação ambiental será integralmente respeitada, pois o cronograma dos serviços estabelece a aprovação do estudo de impacto ambiental como evento anterior à conclusão do projeto básico e ao início do projeto executivo. Ou seja, o DNAEE só aprovará o projeto básico depois que o estudo de impacto ambiental tiver sido devidamente analisado e aprovado pelos órgãos responsáveis, inclusive, é claro, por esta Assembléia.

Segundo esclareceu ainda o Presidente da COPEL, modernamente os projetos de engenharia dos grandes empreendimentos hidrelétricos englobam, de forma integrada e com grau equivalente de importância, os aspectos de meio ambiente e de engenharia civil, mecânica e elétrica.

A COPEL, aliás, tem mais de 20 anos de experiência em ações de preservação ambiental e serve de modelo para as demais empresas do Brasil. E devemos lembrar que, antes que a legislação a obrigasse a isso, a COPEL mandou executar o estudo de impacto ambiental da Usina de Segredo, que resultou no primeiro RIMA de obra de geração no setor elétrico nacional.

No caso de Segredo, e o mesmo certamente ocorrerá com relação a Caxias, a COPEL constituiu um grupo multidisciplinar para definir a estratégia de implantação dos planos e programas ambientais e acompanhar o seu desenvolvimento, conciliando da melhor forma possível todos os interesses envolvidos. Esse grupo é integrado pelas lideranças políticas e por representantes das prefeituras, das comunidades atingidas pelo reservatório, dos órgãos ambientais, das Universidades e da Igreja.

Não tem o menor sentido, portanto, a afirmação do Deputado de que a COPEL estaria tratando com descaso o problema ambiental que envolve a construção de Caxias. Ao contrário, assim como procedeu com relação às demais usinas que construiu, a COPEL dará às questões ambientais de Salto Caxias, temos certeza, o mais correto tratamento possível.

Em suma, os estudos ambientais de Salto Caxias serão realizados previamente à construção da obra, como mandam as Constituições Federal e Estadual, pois esse é um dos objetivos da licitação recém-lançada.



E os resultados desses estudos serão não só submetidos à aprovação desta Casa e dos órgãos ambientais, como ampla e democraticamente discutidos com as comunidades envolvidas, tal como aconteceu no caso da Usina de Segredo.

Também nos parecem infundadas as alegações de que não estariam sendo cumpridos os artigos 162 e 163 da Constituição Estadual.

O Art. 162 exige que as negociações sobre aproveitamentos energéticos de recursos hídricos entre a União e o Estado sejam acompanhadas por comissão parlamentar nomeada pela Assembleia Legislativa.

Ora, não há nenhuma negociação em curso ou a ser iniciada entre o Paraná e o Governo Federal com respeito a Salto Caxias. O que a COPEL está fazendo é iniciar uma obra cuja concessão lhe foi outorgada pela União há cerca de 12 anos, ou seja, muito antes de entrar em vigor a Constituição Estadual. Esse dispositivo constitucional, portanto, nada tem a ver com o caso.

Da mesma forma, o Art. 163, que determina o fomento à implantação de pequenas hidrelétricas, em nada interfere com a construção de Salto Caxias, uma vez que, como dissemos, não há alternativas de usinas menores mais econômicas que possam substituí-la.

De qualquer forma, a construção de pequenas usinas é considerada de grande importância pelo Governo do Estado e pela COPEL, que, inclusive, possui programa específico de estímulo e apoio a esses empreendimentos.

O que mais surpreende, porém, no discurso do Deputado Traiano, são as insinuações de que poderia estar havendo favorecimento no processo de pré-qualificação lançado pela COPEL.

Tem dito reiteradamente o Governador Requião que a lisura e a transparência na contratação de obras e serviços são preocupação fundamental de seu Governo. E a pré-qualificação para licitação dos estudos e projetos de Caxias é eloquente exemplo de lisura e transparência.

Como deveria saber o Deputado Traiano, é inexigível a licitação de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, conforme o art. 23, inciso II, do Decreto Lei nº 2.300. Assim, nada impediria que a COPEL os contornasse diretamente. A sua equipe técnica, todos sabemos, estaria plenamente capacitada para fazer uma boa escolha dos projetistas.

Assim, é evidente que a intenção do Governo do Estado, ao decidir promover licitação pública, com a necessidade de vincular-se estritamente aos termos do edital, é precisamente evitar qualquer tipo de favorecimento, assegurando a igualdade

de condições entre todos os interessados.

E tecnicamente insustentável, também, a assertiva de que a experiência exigida dos licitantes, de ter projetado usina de 150 MW, seria insuficiente.

O fato é que a engenharia de uma hidrelétrica de 150 MW tem, em geral, grau de complexidade similar ao de uma usina do porte da de Salto Caxias. Além do mais, essa é apenas uma das exigências do edital para a pré-qualificação das empresas que participarão da licitação.

Na verdade, com essa exigência, a COPEL - atendendo a diretriz básica do Governo do Estado - teve em vista tão somente democratizar a licitação, possibilitando a participação de maior número de empresas, pois é possível fazê-lo sem nenhum prejuízo à qualidade dos projetos.

A democratização das licitações é outra importante diretriz do Governo Requião que está sendo fielmente cumprida no caso de Salto Caxias. Se até recentemente estudos dessa natureza eram normalmente realizados por um pequeno número de empresas estrangeiras, hoje a engenharia brasileira já está plenamente qualificada para assumi-los.

A seriedade, a credibilidade e a democratização do processo que vem sendo conduzido pela COPEL são atestadas pela própria receptividade da pré-qualificação. Dela participam 19 empresas de consultoria das mais conceituadas do País.

Enfim, Senhores, a realidade é bastante diferente das considerações aqui apresentadas, precipitadamente, pelo Deputado Traiano.

Em vez de criar embaraços ao normal andamento do processo de construção de uma obra de tamanha importância para o Paraná, como a Usina de Salto Caxias, devemos, isto sim, dar ao Governo do Estado e a COPEL todo o nosso apoio, em benefício dos interesses maiores da população paranaense, que tem o direito de beneficiar-se da energia a baixo custo que será gerada por aquela Usina.

Muito obrigado".

(Termina de Ler).

Portanto, por ora nada tem a ver com o caso, mas a partir do momento em que o assunto tiver íntima ligação nos termos da Constituição, evidentemente que esta Casa não ficará tendo certeza absoluta, e nem o Governo terá interesse em deixá-la à margem, porque é o que preceitua a Constituição.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado permite-me um aparte?

O SR. JOSE TAVARES - Pois não, nobre Deputado.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Aparte) - Nobre Deputado José Tavares, eu estou ouvindo atentamente o pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta Casa, na tarde de hoje e mais uma vez com o brilhantismo que marca a sua vida parlamentar Vossa Excelência coloca aqui, com muita competência, com muita clareza e com muita eficácia, espantando todas as acusações que foram feitas em Sessões anteriores pelo Deputado Ademar Traiano contra a COPEL, mostrando com seu circunstanciado pronunciamento que a COPEL agiu da maneira mais correta, da maneira mais cristalina no encaminhamento desta questão.

O SR. JOSE TAVARES - Agradeço nobre Deputado, pelo aparte, Vossa Excelência que conviveu comigo anos na Câmara dos Deputados e pode, com o brilhantismo da sua inteligência, não só enriquecer a história do Parlamento brasileiro, mas, sobretudo para mim que tive o privilégio de conviver com Vossa Excelência de ser seu colega, a honra muito grande de ter tido esta convivência na Câmara dos Deputados e agora aqui na Assembléia Legislativa.  
Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo esta Casa não querendo ouvir, enquanto aqui estiver falarei sempre em defesa dos pequenos produtores rurais, dos trabalhadores sem-terras, em defesa da reforma agrária em nosso País; porque aqui eu vim com centenas, com milhares de votos desse povo marginalizado da sociedade de hoje. Enquanto não se provar o contrário destes dados da EMATER, de 1990, quando num assentamento no Sudoeste do Paraná, numa área de dez mil e sessenta hectares de terras inexploradas, sem produzir um grão de alimentos e de produto, passou, após um assentamento de 370 famílias, a produzir noventa e sete, quase cem mil sacas de grãos; quase cem toneladas de carne por ano, correspondendo isso, em novembro de 1990, a valores de quase 200 milhões de cruzeiros. Uma área abandonada, onde as madeiras já tinham sugado a madeira, o lucro da terra e haviam abandonado, os trabalhadores sem-terra lá foram para produzir.

Os investimentos feitos nesta área, renderam ao Paraná, a cada Cr\$ 1,00 aplicado, um retorno de Cr\$ 3,48 e retorno de produção, o que é mais sério, produção para alimentos de primeira necessidade.

Esses fatos fazem-me falar hoje, sobre o Ministro Cabrera, o Ministro demissionário, que na nossa avaliação não deveria e não deverá voltar e que há alguns dias tem publicado no "Jornal do Brasil", achando uma válvula de escape ao seu projeto de

não fazer reforma agrária no Brasil, aos seus projetos falidos de reforma agrária, que só sai na televisão como propaganda; quando foi denunciado pela nossa Bancada Federal no ano passado, que o Cabrera havia anunciado um projeto de reforma agrária e desapropriação de áreas em Mato Grosso, quando se deu conhecimento dos fatos era um projeto falido de uma grande cooperativa do Paraná, que não cumpriu com os requisitos para fazer reforma agrária, havia ganhado esta área de terra do Poder Público e o Cabrera estava desapropriando e pagando a esta empresa uma área de terra que ela não tinha comprado e não estava cumprindo como um projeto de reforma agrária.

Esta é a reforma agrária do Cabrera. O Cabrera tem publicado agora, nesses últimos dias, no "Jornal do Brasil", criticando a Bancada do PT no Congresso Nacional, que está impedindo a regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição Federal, que regulamenta a reforma agrária no Brasil; inventou o projeto "Terra-Brasil", e que agora, vendo que não consegue implementá-lo, porque desde o início do Governo Collor, a reforma agrária é fantoche para o Ministro Cabrera e para o Governo atual, isto é só propaganda, porque o povo exige, mas na prática não se faz nada. O Ministro tem dito que o PT está, através de sua Bancada, atrapalhando o projeto "Terra-Brasil", que quer assentar 400 mil famílias nesses últimos três anos, quando já era para, nos dois anos de Governo, ter assentado mais de 100 mil, conforme promessas de campanha de Collor, nada se fez até agora neste sentido.

Agora o Ministro vem achar um culpado pela sua incompetência e vem dizer que a nossa Bancada Federal está atrapalhando o projeto "Terra-Brasil" do Governo Collor.

Nós não podemos aceitar tamanha mentira, porque no ano de 1989, já um ano após a publicação, a promulgação de nossa Constituição, o Deputado Antônio Marangon, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, apresentou um projeto de regulamentação desses dois artigos da Constituição, regulamentando a reforma agrária conforme a nossa Constituição. O que acontece: o Bloco Ruralista, hoje o Bloco liderado pelo famoso líder dos assassinos, dos fazendeiros assassinos, o Senhor Caiado - liderando o Bloco Ruralista - tenta impedir que venha para a Ordem do Dia o nosso projeto de regulamentação da reforma agrária, e aí o Ministro Cabrera, aliado à UDR e dos grandes exploradores do povo brasileiro, vem achar um culpado pela sua ineficiência e pela sua decisão deliberada de não fazer reforma agrária neste País.

O que nós não podemos aceitar e queremos que realmente se regulem estes ar-

tigos da Constituição, e que nossa Bancada reapresente o projeto nesta legislatura, que o mesmo está em tramitação, mas sendo impedido pelo Bloco Ruralista do Caiado, no Congresso.

Nesse sentido queremos, através desta tribuna, repudiar estas acusações do Ministro Cabrera, e ao mesmo tempo exigir que se coloque em prática, realmente, a reforma agrária que os trabalhadores querem no Brasil. É aquilo que está escrito na Constituição e na regulamentação proposta pela nossa Bancada no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje, para agradecer ao Governador Requião e gostaria de enfatizar, em alto e bom som: "Muito obrigado, Governador Requião, pela sua visita ao Porto de Paranaguá, pelas suas atitudes que, embora não sejam as ideais, foram as possíveis".

E hoje estão estampados em todos os jornais do Paraná: "REQUIÃO PROMETE TORNAR O PORTO DE PARANAGUA VIAVEL"; GOVERNO QUER TRANSPARENCIA NAS TARIFAS EM PARANAGUA"; e ademais, gostaria de ler um trechinho do que o Governador Requião disse:

"O Governo quer transparência nas tarifas de operacionalização e agilidade de embarque no Porto de Paranaguá". Mais adiante: "Depois deste encontro não quer mais ouvir dizer que as tarifas no Porto de Paranaguá são as mais caras do País e que a estrutura funcional é que ocasiona tarifas absurdas".

Nós estamos usando a tribuna, porque as pessoas ligadas ao Governador Requião, parece que são um bando de covardes, um bando de pessoas que omitem a verdade deste mesmo Governador. Nós queremos que o Governador Requião saiba da verdade, que as pessoas não tenham medo de enfrentar porque ele é apenas o Governador do Estado do Paraná, que daqui três anos deixará o seu cargo.

Essa reunião do Porto, na data de ontem, foi muito importante - uma conversa franca - onde o Governador bateu na mesa e pediu que não se minta mais ao Estado do Paraná.

E hoje, ocupo a tribuna para ler alguns telex com logotipo do Porto de Paranaguá, que diz o seguinte (LÊ):

"É lamentável que o nosso corredor de exportação (corredor?) se encontre na triste realidade que enfrentamos.

O navio 'Esperanza' conseguiu fazer 5.000 t/dia e o 'Dunas' 3.000 t/12hrs...

Se o problema é de equipamento então leva-nos a crer que de nada adiantou a manutenção de 1 mês atrás.

Se, por outro lado, o problema é de falta de carga, então que os terminais envolvidos tenham a honestidade e hombridade suficientes para falarem a verdade.

Acreditamos que nenhum de nós, envolvidos na área de granel, venha a ser prejudicado num futuro breve (safra) por situações que a priori já se fazem sentir.

Não queremos vir a ser forçados a admitir para os nossos principais clientes, que o famoso corredor de exportação de Paranaguá está em decadência.

Não queremos também, ser forçados a aconselhar os fretadores e compradores que aceitem somente fechar suas cargas através deste ou daquele terminal que melhor opera pelo corredor de exportação.

Queremos, isso sim, o velho corredor de exportação de outrora, que carregava nada menos do que 25.000 t por dia.

Gostaríamos que esse nosso telex não fosse mais um telex, mas que fosse o alerta do que vislumbramos para a safra que ora se avizinha.

Acreditamos que Vossas Senhorias irão fazer o impossível para que todos nós não nos desgastemos com situações a todos prejudiciais e que, de antemão, podem ser solucionadas.

Continuamos acreditando no Brasil.

Atenciosamente.

Agência Marítima Cargonave Ltda."

Em resposta, tiveram um telex da Cooperativa Central Regional Iguaçu, a CO-TRIGUAÇU, que movimenta mais de seis milhões de toneladas de soja e farelo no Estado do Paraná. (LÊ):

"Reportamo-nos a seu telex acima, ao qual empenhamos nosso apoio e solidariedade.

Entendemos outrossim que o 'problema' não se restringe ao corredor de exportação e sim a todo 'complexo exportador de Paranaguá', que por falta de profissionalismo, capacidade empresarial e até de honestidade de uns poucos, tem comprometido o bom conceito de nosso Porto.

É preciso separar o 'joio do trigo', é preciso reconhecer e premiar a capacidade e a produtividade e não podem as empresas capazes e honestas serem arroladas no conjunto desta triste situação, pois todos serão prejudicados caso não se altere este quadro.

Acreditamos que dificuldades existem, que os equipamentos portuários estão desgastados, que as vezes ocorre falta de carga, enfim, contudo cada parte tem que

assumir suas deficiências e todos no conjunto buscarem as soluções, para que jamais admitamos a decadência, pois ela é sinônimo de fraqueza, de incapacidade e de desagregação.

Para continuar acreditando no Brasil é preciso antes acreditar-se nas pessoas que fazem este Brasil, através do esforço conjunto é que conseguiremos suplantar todas as dificuldades.

Com companheirismo, atenciosamente.  
Coop. Central Regional Iguaçu  
COTRIGUAÇU - João Pedro P. Neto/Gerente"

Eu trago este assunto à Assembléia - já havia levado ao Governador do Estado na semana passada, ao Secretário Osmar Dias e ao Secretário Mário Pereira - para que não tenham medo de dizer ao Governador o que está errado.

Trago mais outros dois telex que também devem ter chegado às mãos do Governador, referente à operação de navios frigoríficos.

"Vimos pelo presente protestar pela falta de limpeza da faixa portuária..."

Um outro referente à operação de Navio "Roll on/Roll off".

"Vimos pelo presente solicitar a Vossa Senhoria que interfira nos carregamentos dos navios...", porque cada navio que é carregado em Paranaguá tem 15% de sua carga avariada, por falta de competência de gerenciamento.

Trago mais! Trago um documento do próprio Porto de Paranaguá, um mapa de atrações onde funciona o corredor de exportação e onde funcionam as importações do Porto de Paranaguá. Quero lhes dizer que existem aqui oito guindastes, dos quais eu digo:

- Guindaste nº 15 - em reparos
- Guindaste nº 16 - em reforma
- Guindaste nº 17 - em reparo
- Guindaste nº 19 - em bom andamento
- Guindaste nº 20 - com defeito
- Guindaste nº 21 - com defeito
- Guindaste nº 22 - em bom andamento.

O que nós queremos, neste agradecimento ao Governador Requião, é que realmente seja feita e sejam tomadas atitudes estadistas, atitudes de pessoas que querem ver o Paraná tendo o seu lugar ao sol.

Para que o Porto de Paranaguá dê resultados, para que as tarifas baixem, é preciso urgentemente, que se invista cem milhões de dólares no Porto de Paranaguá e que o Governador não me venha com orçamento de cem mil cruzeiros.

Gostaria também de comunicar mais um telex, datado de sexta-feira, onde a empresa LACHMANN pede ao Porto de Paranaguá que coloque em funcionamento as empilhadeiras para os navios "Roll on/Roll off", onde o Porto de Paranaguá conta com 17 em-

pilhadeiras e dez estão sem uso por falta de pneus.

Numa das minhas discussões com o Secretário Osmar Dias, falava da desinfecção dos produtos que são exportados, produtos esses que são produzidos no Paraná e no Brasil, onde não é mais feita a desinfecção no Porto de Paranaguá e está ocasionando a reclamação de todo mundo importador, que compra nossos produtos.

Também nessa viagem que o Governador fez à China, ao Japão e aos Estados Unidos, ele recebeu queixa que alguns terminais estavam colocando areia no meio do produto brasileiro exportado. Por isso, ele determinou que a CLASPAR fizesse a classificação na entrada e a SGS fizesse a classificação na saída.

A CLASPAR não tem condições de fazer a classificação de saída, porque não tem reconhecimento internacional - e aqui, perante o Líder Orlando Pessuti, a toda Bancada do PMDB e a todos os interessados neste Estado do Paraná e eu já pedi nesta Assembléia que fosse dividida a Diretoria Técnica em duas: a Diretoria de Manutenção e Diretoria de Produção, porque o Diretor que está lá, Doutor Fávoro, não entende nada de produção, entende sim, um pouco, de manutenção.

Acostumado com a COPEL, onde se requisita um equipamento e no dia seguinte se tem, no Porto de Paranaguá é totalmente diferente, porque o Governo do Estado não tem dado as soluções que o Porto assim precisa.

Diria mais, ao Diretor Operacional do Porto de Paranaguá: que em Gabinete ninguém aprende nada. Se você quiser aprender alguma coisa no Porto de Paranaguá, tem que sair do seu gabinete, participar na faixa portuária, porque o Porto é um universo de trabalho, e para aprender você precisa conhecer todos os setores.

E finalizando, Senhores Deputados, gostaria aqui de fazer uma proposta ao Líder Orlando Pessuti e ao Governador Roberto Requião: se após essas medidas tomadas pelo Governador Requião na tarde de ontem, não forem concretizadas, eu, juntamente com alguns Parlamentares do PMDB - me dêem 90 dias - eu quero, eu só quero que seja afastada toda Diretoria do Porto de Paranaguá. Em 90 dias, sem nenhum funcionário novo, somente com os funcionários daquela autarquia, eu darei os resultados que o Porto de Paranaguá não conseguiu nestes 14 meses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PRN.

Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A violência das drogas, a violência da cocaína, continua matando em todo o Brasil. É uma desgraça que tem destruído milhares e milhares de lares brasileiros. São famílias que choram lágrimas de sangue ao saber que o filho ou a filha se encontra no submundo das drogas.

Na segunda-feira, senhores pais deste Parlamento, conversei com um outro pai que perdeu um filho com uma "overdose" de cocaína.

O Senhor Juarez Paz Teixeira, da Cidade de Apucarana, deixou-me deprimido e ao mesmo tempo, com raiva dessa forma de violência que parece não ter fim. Ao conversar com o Senhor Juarez, senti nele um sofrimento, uma angústia que ele e seus familiares vinham passando para tirar o seu filho da violência da cocaína. Tinha ele por diversas vezes internado seu filho em algumas clínicas especializadas no Estado do Paraná, mas quando o jovem saía, a situação continuava a mesma, porque as garras do traficante de cocaína representa hoje o assassinato, a violência, a desgraça do ventre de milhares e milhares de mães brasileiras neste País.

Porém, como ele era um bom pai, ele não desanimava na sua caminhada e continuava a sua peregrinação pelo Paraná, procurando salvar a vida do filho Flávio, de 27 anos, casado e pai de dois filhos.

No domingo agora, senhores pais deste Parlamento, ele se dirigia de Apucarana para a Capital do Estado - ele e seu filho - e ao parar num posto de gasolina, na Cidade de Ponta Grossa, o filho pediu alguns minutos para ir ao banheiro e ele deixou. Este retornou ao carro e quando ele chegava em Curitiba, o filho estava morto, estava morrendo dentro do carro. Levou-o correndo ao Hospital e lá ele descobriu que o filho estava morrendo de uma "overdose" de cocaína. Ele apertou as mãos do filho, o filho queria falar alguma coisa, transmitir alguma coisa, mas não saía a voz porque a cocaína estava levando ele para o cemitério.

E eu conversei com o Senhor Juarez e ele me disse o seguinte - eu anotei - ele me disse que estava revoltado, que estava magoado, que ele sentia, não só a morte do seu filho, mas sentia ainda que muitos outros jovens vão continuar morrendo no Estado do Paraná e que nós saberíamos e sabemos através da imprensa. Ele fez para mim um apelo às autoridades, dizendo que é preciso dar um basta ao tráfico de entorpecentes e é lamentável para todos nós - é lamentável para a família brasileira de Curitiba, do Paraná, de Apucarana - porque realmente o pai deste jovem está certo.

E preciso fazer alguma coisa, é preci-

so dar um basta a esse tipo de crime que está amedrontando os nossos lares.

Drogas para mim, Senhores Deputados, é o pior flagelo da humanidade, é uma herança maldita, é uma herança que só causa desgraça e leva os nossos jovens para três caminhos (atentem bem): o hospital, a cadeia ou o cemitério.

E hoje, pasmem os Senhores, recebi a visita da Dona Sueli Camargo, residente no Bairro Alto, Capital do Estado. Ela veio me pedir uma assistente social para conversar com sua filha. Conversando com sua filha, imaginei que fosse uma moça de 17, 18, 20 anos de idade, mas para surpresa minha, quando eu vi, eu vi uma boneca, uma menina linda de 13 anos de idade, totalmente picada, totalmente rasgada de tanto pico nas veias.

E eu, conversando com a menina, ela me disse: "eu não sei a quem recorrer, eu não sei a quem gritar, eu não sei com quem conversar. O meu sonho era ser manequim, mas eu não consigo trabalhar, as drogas não me deixam ir ao trabalho". Conversei mais (por favor, atentem bem), perguntei: "aonde você consegue a cocaína? Aonde você consegue a maconha?" Ela me disse: "eu consigo com os meus amigos". Eu falei: "não é possível, os teus amigos estão te levando para a morte, os teus amigos estão te levando para o cemitério, os teus amigos vão acabar te levando para a cadeia, para uma penitenciária". E ela me disse (durante toda a conversa eu marquei aqui) o seguinte: "Deputado, quando eu tomo a cocaína, quando eu pico com a seringa, eu me sinto livre..." (vejam bem, Senhores Deputados) "...eu me sinto livre quando eu estou com a cocaína dentro de mim, eu crio muita coragem, ameaço a minha mãe, bato na minha mãe, ameaço os meus irmãos, posso até matar quem não gosta de mim quando estou com as drogas nas veias. E sabe o que eu faço, Deputado? Quando eu me sinto sozinha, mesmo picada, eu saio, vou ao quintal e vou conversar com a árvore, ali eu passo horas e horas conversando com esta árvore."

Eu sou um Deputado, não sou psicólogo, não sou psiquiatra. Fui eleito para legislar, para fiscalizar, para gritar, para lutar pelo meu Estado, como eu estou fazendo na minha área social e em outras áreas, mas é o meu dever sim, de orientar essa família.

É meu dever, acima de tudo, Senhores Deputados, de lutar contra essa forma desgraçada de violência que existe no Estado do Paraná.

A equipe do meu gabinete já conseguiu uma psicóloga e uma assistente social, e estamos agora mantendo contatos telefônicos para conseguir um internamento fora do Paraná, para salvar uma menina de 13 anos

que compra cocaína em vários pontos espalhados pela Rua das Flores da Capital do Estado do Paraná.

Eu perguntei a ela onde ia buscar. Ela falou: "eu compro na Rua XV, Deputado. É só você passar na Rua XV, sempre tem alguém que lhe oferece, e você sabe, eu sou bonita, eu sou mulher, eu tenho uma facilidade enorme em conseguir drogas. E tem vários pontos, se o senhor quiser eu o levo agora."

Tanto é que estou fazendo um expediente direto do meu gabinete - não há necessidade de passar por Mesa! Direto do meu gabinete estou fazendo um expediente ao Secretário de Segurança Pública e ao Diretor da Polícia Federal para que eles acordem. Acordem! Antes que milhares de jovens sejam assassinados por esta laia de desgraçados que violentam os nossos lares, entram em nossas casas, pegam nossos filhos como se fossem animais! Violentam! Primeiro, dão de graça. Segunda vez, de graça. Terceira vez, de graça. Depois fazem nossos filhos roubar dentro de casa, um toca-fitas, roubar um aparelho de som, e depois, como se já não bastasse, quando eles não conseguem dominar a família, eles começam a roubar toca-fitas nas ruas, formam uma quadrilha, se juntam com pivetes, roubam e vão entregar primeiro, ao receptor e depois, com o dinheiro, eles vão entregar nas mãos do traficante, que não cheira o pó, não sente o cheiro do pó, não sente o cheiro da fumaça da maconha. Ele sente, sim, o cheiro do dinheiro! Então, eles pegam o dinheiro, entregam a coca e o menor ou o maior vai se picar, vai se violentar, vai destruir toda a estrutura da sua família.

Quero deixar registrado nesta Casa, que é preciso, senhores pais deste Parlamento e senhora mãe deste Parlamento, Deputada Emília Belinati - que também tem filhos, como eu tenho, e que às vezes eu não durmo à noite, não vejo a hora deles chegarem. Tenho medo. Corro na escola para pegar meu filho, com medo que um monstro como este, do Rio de Janeiro, que matou treze crianças! Dopado e chapado, estuprava, matava, bebia o sangue, enterrava!

Ora, Senhores! Este monstro que foi preso e que ontem, o "Fala, Brasil", da Rede OM Brasil, mostrou a toda a Nação brasileira, um jovem que pegava as crianças, oferecia bala e três mil cruzeiros e comprava um pastel e depois levava a criança, cortava a cabeça, estuprava depois de morto e depois sepultava.

Não existe só este tipo de louco. Existem milhares, espalhados neste País, que levam os nossos filhos à violência da toxicomania, à violência do homossexualismo, a tantas outras violências que estão plantadas neste País! E é lamentável que a

Polícia está cega! Cega! Cega! Cega! Cega! Cega! E não faz nada para salvar os nossos filhos e a família brasileira do Paraná, destes desgraçados que estão nos violentando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados, importante é lembrar, aqui, neste momento a postura auto-suficiente, perfeccionista que tomou conta do início do Governo Collor neste País, quando o então Presidente, recém empossado, dizia, quando da nomeação do seu Ministério, de que seria responsável pessoal por todos os atos cometidos pelos seus Ministros e que aquele Ministério de então, seria um Ministério permanente; que iria acompanhá-lo do primeiro ao último dia de Governo.

Pois bem, Senhores. É lamentável nós assistirmos, hoje, esta verdadeira caricatura do que sobrou do Governo Collor em nosso País, esse Governo que, diga-se de passagem, chegou ao poder alimentado, impulsionado pelas esperanças de milhões de brasileiros que acreditaram no discurso da moralização da administração pública, que acreditaram no resgate da dívida social e no compromisso com as classes mais humildes do nosso País e hoje assistimos estarecidos que o que restava daquele Ministério, caiu de podre.

As notícias de prevaricação, de crimes, subornos, corrupção, caixinhas, praticamente tomaram conta do Governo inteiro. Existe uma contaminação generalizada do primeiro e segundo escalão do Governo Collor em nosso País.

Vejam Senhores Deputados, Senhora Deputada. É importante observar que para nós, o Partido dos Trabalhadores, observando esse quadro patético, de uma forma serena, nós poderíamos observar que na verdade, o que existe hoje por trás dessa manobra do Governo Collor, em solicitar a demissão coletiva do seu Ministério podre, é, na verdade, uma manobra para encobrir, tentar abafar a apuração dos escândalos sucessivos que tomaram conta do primeiro escalão desse Governo e que compromete diretamente a pessoa do próprio Presidente da República nesse País.

Nós Senhores Deputados, deveremos estar atentos, a exemplo da Nação, deveremos estar atentos, porque não poderemos admitir que a simples troca de Ministro coloque por debaixo do tapete, toda a sujeira



que vem sendo denunciada é revelada à Nação brasileira. Temos que exigir definitivamente que esse Governo demonstre na prática, naquilo que prega no discurso, que é a punição exemplar de todos os corruptos que não apenas estão dilapidando o patrimônio público nacional, mas fundamentalmente a qualquer esperança que ainda resiste em alguns poucos corações dos brasileiros em nossa Pátria. Mais do que isso. Nós ficamos revoltados e estarecidos quando percebemos que existe um Ministro que na verdade, cujo cargo não depende do Presidente da República, depende isto sim, da política dos banqueiros do FMI. Nós temos hoje desgraçadamente, a demissão coletiva de vários Ministros envolvidos em corrupção, mas também, aquilo que há de pior no Governo, que é a sua política recessiva, a sua política antipopular, a sua política de lesa-pátria. São mais de seiscentos mil nos últimos meses, as demissões pelo Brasil afora. A indústria está sucateada. Esse país chegou ao fundo do poço, na pior crise de recessão que já tomou conta de nossa Pátria. Jamais se viu os problemas sociais agravados como agora, jamais se viu os serviços públicos sucateados como estão hoje no Brasil e se mantém intacta a política econômica que reza pela cartilha do Fundo Monetário Internacional.

- Este país está sendo dirigido pelos banqueiros que não têm o mínimo compromisso com a nossa gente e sobre isso nada se fala. O que nos preocupa mais Senhores Deputados, é que alguns setores, inclusive progressistas do nosso País, estão embarcando nessa onda de marketing, nessa nova jogada do Collor que, ao pedir a demissão coletiva do seu Ministério, está tentando salvar a sua cara. Então essa questão fundamental nós temos que colocar.

E nós já vimos aqui, quando da passagem dos dois anos do Governo Collor, dizer que a sociedade brasileira não pode prescindir dos instrumentos legais, institucionais e políticos para salvaguardar a democracia e salvaguardar mesmo o nosso povo. De que este Governo tem que ser responsabilizado criminalmente pelo que vem fazendo à Nação. Não apenas do ponto de vista moral, das atitudes criminosas que o primeiro escalão tem tomado, mas também, e fundamentalmente, pela sua política econômica que é uma política de lesa-pátria, antipopular e que está penalizando praticamente com exclusividade os setores mais sofridos da nossa população.

Por isto é preciso que a classe política e as elites deste País, o movimento social, as entidades da sociedade civil comecem definitivamente e imediatamente a abrir um debate sobre os rumos deste País. Não é mais possível assistirmos uma com-

pleta desagregação da sociedade brasileira, uma desagregação da estrutura política, da democracia em nosso País assistirmos passíveis a este "show", que é mais uma vez patético e que nos proporciona o Governo Collor.

Teremos, Senhores, por obrigação neste momento de crise de ter a lucidez necessária para exigirmos as medidas que deveremos adotar para salvar este País e fundamentalmente salvar a democracia - que não será salva apenas pelo discurso de um super-homem, por um Messias. Nós, efetivamente, se quisermos um novo rumo para este País, teremos que assumir um compromisso efetivo com toda a sociedade de restaurar os padrões morais e éticos na condução da política deste País. E, fundamentalmente, mobilizar a sociedade brasileira e exigir a imediata mudança nos rumos da política econômica, no caminho da retomada do desenvolvimento, da distribuição da renda, do fortalecimento do mercado interno e também o que não podemos deixar de exigir é que se adote uma legislação severa e dura para um combate exemplar à corrupção do nosso País. Porque sem isso não teremos como exigir dos ladrões de galinha o respeito à lei, quando a corrupção contamina os altos escalões da República neste País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos aqui conclamar às Lideranças de todos os partidos, da sociedade paranaense no sentido de que nós fiquemos atentos e não continuemos a discutir por mais um mês, dois meses a reforma ministerial. Essa verdadeira revoadada de políticos a Brasília, essa conversa fiada quando não se toca no essencial da crise nacional que temos.

Cabe ao Governo Collor que assumiu como redentor da Nação - e é bom que se lembre de redenção que também hoje, 31 de março, daqui a alguns dias teremos também a passagem fúnebre da data de 31 de março da antiga redentora, aquela que também veio em nome da restauração da moralidade pública deste País, que tantas vítimas fez, que tantos estragos fez no nosso País, que nos endividou criminosamente perante os banqueiros internacionais.

É preciso que nós aprendamos as lições da História. É fundamentalmente o compromisso que nós temos com a Nação hoje nos exige uma tomada de posição firme no sentido de exigir as mudanças que se fazem necessárias neste País.

Erá isto Senhor Presidente!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Independente: (DECLINA).

PL. (DECLINA).

PDT. (DECLINA).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PST, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que compõe a Bancada do PST, nesta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 79/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária, do dia 31 de março do corrente ano, em função de compromissos na Região Noroeste do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a visita do Ministro Borges da Silveira a esta Casa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 005/87, que cria o município de Perobal, com área desmembrada do município de Umuarama, e divisas que especifica (Publ. no D.A. nº 10, de 09.03.87). Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registro voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/91, de autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que declara de Utilidade Pública o Lar Rosas Unidas, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/92, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal Proamor de Assistência ao Menor, com sede e foro no município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

041/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO G. DA SILVA, que declara de Utilidade Pública o Clube do Menor de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/92, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/92, de autoria do Deputado HEINZ GEORG HERWIG, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil Marília Barbosa, do município de Cambé - Pr. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública o Colégio Diocesano Leão XIII, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Só para registrar o voto contrário ao item (07) do Projeto nº 62/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/92, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor DUILIO LUIZ BENTO. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Da mesma forma Senhor Presidente, registre o voto contrário.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO e OUTROS, que cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 79, de 27.06.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 280/91

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado GERALDO CARTARIO, visa o presente Projeto de Lei criar a Universidade Metropolitana de Curitiba.

Sob o aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa, o presente Projeto não fere qualquer dispositivo, razão pela

qual manifestamos nosso parecer favorável à apreciação do mesmo em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 280/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 280/91, visa a criação da Universidade Metropolitana de Curitiba.

O Plano de Lei atende às disposições legais e constitucionais que regem a matéria orçamentária.

No entanto, não havendo previsão orçamentária na Lei nº 9.883 de 26/12/91, a efetiva criação da Universidade só se tornará viável no próximo exercício financeiro, com a respectiva previsão na Lei Orçamentária para 1993.

Posto isto, somos de PARECER FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 280/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa criar a Universidade Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relator o Deputado Durval Amaral, analisou a matéria, no tocante a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não encontrando qualquer dispositivo que ferisse tais tópicos. Concluindo, então, a Comissão de Constituição e Justiça pelo Parecer FAVORÁVEL a aprovação do Projeto em questão.

Esta Comissão, chamada a opinar, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa, posiciona-se FAVORAVELMENTE a aprovação da matéria, ressaltando que as dotações orçamentárias anuais da receita financeira da mencionada Universidade deverão ser consignadas no Orçamento do Estado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosi-

nha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 280/91. -Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 5 (cinco) Sessões o Projeto de Lei nº 280/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que proíbe a fabricação, a distribuição, a comercialização e a utilização de embalagens descartáveis, no território estadual, tendo como agente expensor o clorofluorcarbono. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 132, de 14.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 471/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Neivo Beraldin, apresenta a este Legislativo Projeto de Lei nº 471/91, propondo a proibição da fabricação, da distribuição, da comercialização e da utilização de embalagens descartáveis, no território estadual, tendo como agente expensor o clorofluorcarbono e outras providências.

A justificativa que acompanha a matéria explica detalhadamente os prejuízos que o CFC causa à camada de ozônio do nosso Planeta, convencendo-nos da necessidade de cada brasileiro tentar contribuir com uma parcela - por pequena que seja - para diminuir e retardar os efeitos prejudiciais dos poluentes.

No que se refere à legalidade da Proposição, a mesma está estribada tanto na Constituição Federal como na Constituição Estadual.

A Lei Maior Brasileira, dedica o Capítulo VI, da Ordem Social, ao Meio Ambiente, além de abordá-lo em diversos outros Títulos.

No que tange ao assunto ora em debate, podemos dizer que o mesmo encontra embasamento no Art. 225 caput, § 1º - V e § 3º: - "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo; para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; ... § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de re-

parar os danos causados."

No Título reservado à Ordem Econômica e Social, o Art. 170, estabelece: - "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências dignas conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente".

No Art. 24, afirma: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI ... proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;"

Também no Art. 23 aborda a questão: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;"

A Constituição do nosso Estado também dedica todo um capítulo ao meio ambiente, preceituado no Art. 207: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais. § 1º Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito: VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares; § 2º As condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas ao meio ambiente, na forma da lei, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas: I - à obrigação de, além de outras sanções cabíveis, reparar os danos causados; II - a medidas definidas em relação aos resíduos por elas produzidos; III - a cumprir diretrizes estabelecidas por órgão competente."

Diante do exposto, e alertados diariamente pelos preocupados estudiosos do tema em análise, não nos resta dúvida de recomendarmos a aprovação deste Plano de Lei.

Portanto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 471/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Neivo Beraldin, o presente Plano de Lei visa proibir a fabricação, a distribuição, a comercialização e a utilização de embalagens descartáveis, tendo como agente expensor o clorofluorcarbono, no território estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional da matéria, emitiu Parecer FAVORÁVEL por entendê-la estribada tanto na Constituição Federal como na Estadual.

Esta Comissão, chamada a opinar conforme preceitua o Regimento Interno, posiciona-se igualmente pela Aprovação da matéria, já que a mesma é de suma importância tanto ao Meio Ambiente como para a própria sobrevivência da espécie humana.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei nº 471/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

JOÃO PREIS

Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 471/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Neivo Beraldin.

Proíbe a fabricação, a distribuição, a comercialização e a utilização de embalagens descartáveis no Território Estadual, tendo como agente expensor o clorofluorcarbono e dá outras providências.

É de conhecimento científico que o ozônio age como filtro solar dos raios solares, principalmente o U.V. - O excesso de Ultra-Violeta além de prejudicar a saúde das pessoas, provocando queimaduras até 3º grau, câncer de pele e outras dermatoses, interfere também na saúde dos demais animais e plantas, e no seu processo biológico de uma maneira negativa. O C.F.C. realmente está provado que age na camada de ozônio reduzindo a sua estrutura, pelo qual emitimos parecer favorável ao presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.92.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

DOMINGOS CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 99/91, que cria o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o artigo 216, Parágrafo Único, da Constituição Estadual. Com

PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.C.E., C.S.P. e S.P. EMENDAS SUBSTITUTIVAS da C.C.J. com PARECERES CONTRÁRIOS da C.F., C.E.C.E., S.P. e C.S.P. (Publ. no D.A. nº 139, de 24.10.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 492/91

P A R E C E R :

AUTORIA: Poder Executivo

"A criança é a nossa mais rica matéria-prima. Abandoná-la à sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção e amparo, é crime de lesa-pátria".

Tancredo Neves.

I. A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental de nº 99/91, visando criar o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, foi substituída posteriormente através do Ofício DTL/SAT nº 354/91, com o propósito de alterar a Lei nº 9579, de 22.03.91.

### Preliminarmente

II. O Executivo Estadual encaminhou ao Poder Legislativo Mensagem com propósito de criar o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Em assim procedendo incorreu em equívoco às técnicas legislativas, uma vez que não pode criar o que já está criado.

Da primeira vez que assim procedeu, através da Mensagem datada de 12 de outubro de 1991, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, fez um protesto formal já que o Executivo descon siderava um texto em vigor desde 02 de abril de 1991.

Admitindo seu erro, o Executivo Estadual acabou por encaminhar o Ofício DTL/SAT nº 354/91, de 28 de outubro de 1991, substituindo aquela Mensagem por uma alteração ao texto de Lei. Que na verdade não altera e, sim, suprime alguns artigos, parágrafos ou incisos.

### Constitucionalidade

III. A Constituição Federal trouxe para a sociedade brasileira, um avanço nas suas relações com os poderes constituídos: ela tem participação assegurada nas decisões.

Isto está patente no Parágrafo Único do artigo 1º:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Consoante o espírito abrangente deste dispositivo, fica reafirmado no artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, que a população tem assegurada, no campo

da Assistência Social, sua participação nas ações governamentais, em todos os níveis.

"Art. 204 - ....

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis".

Especificamente na área da criança e do adolescente, o artigo 227, § 7º, remete expressamente ao artigo anteriormente citado.

"Art. 227 - ....

§ 7º - No atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, levar-se-á em consideração o disposto no art. 204".

Estes princípios foram acatados integralmente na Constituição Estadual, que também garantiu a participação da população paranaense nos mecanismos de ação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, assim como nos demais programas sociais, conforme previsto nos artigos 165, 166 e 174.

A Constituição Estadual previu a obrigatoria criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em seu Parágrafo Único do artigo 216, antecipando-se aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Aliás, o Estatuto traçou uma nova diretriz para a política de atendimento da criança e do adolescente, garantindo, uma vez mais, a participação da sociedade civil organizada.

E o que expressa o artigo 88:

"Art. 88 - ....

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estadual e municipal.

.....

IV - manutenção de fundos nacional, estadual, municipal, vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Histórico da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991

IV - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente resultou de trabalhos e esforços integrados de entidades da área, setores do Governo e Assembléia Legislativa do Paraná.

Há muito os técnicos e especialistas da área reclamavam da falta de definição de uma política para o setor e de uma ação homogênea.

A Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular, instituída pelo Decreto nº 1232/87, no Governo Alvaro

Dias, em longo processo de discussão com as entidades paranaenses de atendimento e defesa da infância e da juventude, depois de oferecer - e ver acatadas - propostas para as Constituições Federal e Estadual, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, acabou por esboçar o anteprojeto apresentado pelos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, em 1990.

Os dois Deputados tinham envolvimento com a proposta: Haroldo, por ter sido relator da Comissão Temática da Ordem Econômica e Social, e Rubens, por ter sido Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social e, como tal, incentivador dos trabalhos daquela Comissão.

Na votação, o projeto recebeu aprovação unânime dos Deputados Estaduais. Mas, o Governo do Estado, inexplicavelmente, vetou-o.

Uma das nossas primeiras atividades parlamentares, nesta Legislatura, foi a apreciação de vetos apostos pelo ex-Governador Álvaro Dias. Entre eles, a matéria em análise.

A Assembléia decidiu de forma a não deixar dúvidas: foram mais de 40 votos pela rejeição do veto.

Mudado o Governador, o tratamento ao Conselho foi semelhante: desta vez, não quis promulgá-la, providência então tomada pelo Presidente do Poder Legislativo, Excelentíssimo Senhor Anibal Khury, conforme disposição legal.

A existência do Conselho estava assegurada desde 02 de abril deste ano, quando a Lei nº 9579, foi publicada no Diário Oficial.

Mas o Executivo fez-se de desentendido, não instalando o Conselho. E chegou, neste meio tempo, a provocar a Procuradoria Geral do Estado, no sentido de ver proposta ação direta de inconstitucionalidade desta Lei.

Mas a manifestação do Douto Procurador foi pela inviabilidade da arguição, afirmando a necessidade da imediata instalação do Conselho. Providência, aliás, que chegou a ser anunciada pelo Senhor Procurador Geral da Justiça, Luiz Chemin Guimarães.

A um pedido de informação sobre a não instalação do Conselho, feito por esta Relatora, o Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Djalma de Almeida César, apresentou fracos e evasivos argumentos.

A resposta oficial foi dada pelo Executivo quando, para surpresa de todos que o imaginavam informado da existência da Lei 9579, manda para a Assembléia esta Mensagem "criando" o Conselho. Ele o fez em desconsideração a uma decisão da Assembléia Legislativa do Paraná, quando não promulgou a Lei, cabendo a tarefa ao Presidente desta Casa, conforme preceitua o

artigo 71 da Constituição Estadual.

## PROJETO DE LEI Nº 492/91

### SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - A Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em atendimento ao artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e do disposto no art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à infância e à juventude, vinculado à Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná e composto dos seguintes membros:

I - 01 (um) representante da Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Cultura;

VII - 01 (um) representante do Secretário Especial do Esporte e Turismo;

VIII - 01 (um) representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;

IX - 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

X - 01 (um) representante do Ministério Público;

XI - 01 (um) representante do Poder Judiciário;

XII - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano.

Art. 3º - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal, artigos 165, 173 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando aos Secretários de Estado



competentes as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir aplicação dos recursos públicos estaduais destinados à assistência social, especialmente voltados para o atendimento de crianças e adolescentes;

IV - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a crianças e adolescentes;

V - Controlar as ações de execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

VI - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e da juventude;

IX - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organizações nacionais, internacionais e estrangeiras, visando atender seus objetivos;

X - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XI - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e que pretendem integrar o Conselho;

XII - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente;

XIII - Gerir seu respectivo Fundo, aprovando planos de aplicação;

XIV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Art. 4º - As organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho se habilitarão entre os dias 1º e 31 de janeiro, dos anos pares, perante o Gabinete da Casa Civil da Governadoria do Estado, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações representativas da Sociedade Civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á me-

diante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º - O Gabinete da Casa Civil da Governadoria do Estado encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês de fevereiro, a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo de dez dias.

§ 3º - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de dois anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de dois terços dos componentes do Conselho.

§ 4º - Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observado o mesmo processo previsto neste artigo.

Art. 5º - Os representantes do Ministério Público e Poder Judiciário, assim como seus suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, após indicação da respectiva instituição e observados os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 6º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos, cuja participação no Conselho não poderá exceder 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 7º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços), pelos próprios integrantes do Conselho.

Art. 8º - É facultada ao Conselho a requisição, através da Chefia da Casa Civil, de Servidores Públicos para a formação de equipe de apoio técnico e administrativo, e, de material, necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 9º - O desempenho da função de membro do Conselho, sem qualquer remuneração, será considerada como serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificáveis as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 10 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente dispostas pelo seu Regimento Interno, que será elaborado no prazo máximo

de 30 (trinta) dias a partir da data de instalação do mesmo.

Parágrafo Único - O prazo para eleição do Presidente, Vice-presidente e Secretário-Geral não poderá ultrapassar os 15 (quinze) dias após a elaboração do Regimento Interno do Conselho.

Art. 11 - Fica criado o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, de acordo com o que dispõe o artigo 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/90, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das crianças e dos adolescentes, assim constituídos:

I - Dotação consignada no orçamento do Estado para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - Recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - Outros recursos que lhe forem destinados.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12 - O Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente será instalado até no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da presente Lei.

Parágrafo Único - A Casa Civil da Governadoria do Estado adotará as providências necessárias para a instalação do Conselho.

Art. 13 - A Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná adotará as providências necessárias para a primeira seleção das Organizações da Sociedade Civil, interessada em compor o Conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente Lei, observado o disposto no § 1º do artigo 4º."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### MÉRITO

V - As modificações pretendidas pelo Executivo Estadual merecem as seguintes considerações:

a) A primeira alteração proposta no Projeto é quanto a vinculação do Conselho, que fica adstrito à Casa Civil da Governadoria do Paraná, com o que não discordamos.

b) Quanto a composição do Conselho, assinalamos o entendimento de que o Ministério Público e o Poder Judiciário devem

ser mantidos.

Isto, pela simples razão de que o Ministério Público já participa de diversos Conselhos Estaduais - Penitenciário, de Segurança Pública, Meio Ambiente, entre outros. E, na área específica de infância e de juventude, ambos - Ministério Público e Poder Judiciário - já integram a Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular e participaram do Conselho de Administração da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Eles atuam na área de frente, no que se refere à infância e adolescência, tendo plenas condições de contribuir no sentido de formular políticas e programas pertinentes a ela.

O Procurador Geral da Justiça, Dr. Luiz Chemin Guimarães, em Ofício encaminhado ao Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury, defende que o Ministério Público não deva ser excluído do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Dr. Chemin Guimarães afirma que "a permanência do Ministério Público no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente é absolutamente compatível com sua destinação constitucional e importará na possibilidade de a nossa Instituição vir a prestar mais um serviço relevante à comunidade paranaense".

Não faz sentido deixar de fora o Ministério Público e o Poder Judiciário, com o argumento de que eles quebrariam o princípio da paridade.

Aqui, é preciso abrir um parêntese para se tentar compreender a ótica governamental a respeito da paridade, indicada no art. 88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O tratamento que o Executivo deu a esta questão é como se estivesse diante da possibilidade do estabelecimento de um confronto permanente, de conflito, de batalha campal a ser travada com as entidades extra-Governo. Como se tivesse de se "armar" contra elas, por pretenderem tomar de assalto maior fatia de poder do que aquela a que tem direito.

Nem é preciso ter um pouco de clarividência para se saber que a proposta é de um Conselho Estadual, portanto, um órgão do Governo. Que se pretende uma ação integrada a não antagônica, como desenhado na justificativa da Mensagem.

E compreensível esta preocupação do Estado. Afinal, entre o discurso da democracia participativa e sua admissão e prática vai uma longa distância.

A falta de uma perspectiva do que seja uma efetiva democracia participativa leva o Executivo Estadual a propor que as normas constitucionais em apreço acabem letra morta. Tornem-se desses dispositivos generosos e amplos, mas inócuos, sem sair do

papel. Os parlamentares brasileiros, pressionados pela sociedade, acabaram por incluir na Constituição Federal o conceito de democracia participativa, ao lado da democracia representativa.

Mas só o texto legal não garante a mudança de comportamentos, comprometidos pela idéia de que o direito da sociedade organizada em participar de decisões representa um perigo, pela perda do poder.

É preciso ficar claro que o Conselho não se pretende além daquilo que é: uma nova instância governamental, que não invade competência de ninguém.

A proposta não é inviabilizar programas, deixar Secretarias de "mãos amarradas" a mercê de um grupo independente. Não se quer nada além de uma ação única, organizada, adequada à política formulada pelo Conselho.

c) No que se refere a funções do Conselho, vem o Executivo dizer que a proposta contida na Lei exorbita os limites do admissível. Ensina que o Conselho deve orientar, assessorar e até questionar a atuação dos órgãos governamentais, sem interferir diretamente na gestão dos programas, argumentando que isto seria inconstitucional (conforme texto elaborado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social).

Ora, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Estatuto e a própria Mensagem do Executivo nº 99/91 são claros na definição das funções do Conselho, tendo ele atribuições consultivas, deliberativas e, atenção, controladoras das ações de atendimento à infância e a juventude.

Que democracia participativa é esta que o Governo do Estado pretende?

Além de contraditória à visão do Governo revelá o temor de abrir mão de parcela do seu poder. Especialmente o poder político, de aquinhoar quem bem quiser com o recurso de que dispõe para a área.

Ao contrário, da maneira como estão propostas as funções do Conselho, na Lei 9579, permite-se racionalização e otimização dos recursos.

Em suma, está evidenciado que o Executivo Estadual não conseguiu entender o alcance do Conselho; que ele significa, literalmente, a implantação do regime de co-gestão neste ramo da política social. É a convenção da sociedade civil organizada, para participar de instância até aqui privativa dos dirigentes de políticas e dos integrantes da burocracia estatal, visando o efetivo atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A proposta é mais avançada que a praxe política-administrativa brasileira, no tocante a este setor.

d) Quanto aos prazos, a proposta do Executivo não é afirmativa, nem clara: são utilizadas expressões como "períodos a se-

rem estabelecidos" e "no 3º dia útil do mês indicado"(???). Acreditamos que é necessária a fixação de prazos, uma vez que o Conselho é permanente e seus componentes devem ser eleitos a cada dois anos, conhecendo as normas que regulam sua organização, também no que se refere a prazos.

e) Com uma expressão simples - "a ele" - e explicação tortuosa, o Executivo altera profundamente a constituição do Fundo Estadual para Infância e Adolescência, uma exigência prevista no Estatuto, em seu artigo 88, inciso IV. A alegação do Governo é que se todos os recursos destinados à área forem administrados pelo Conselho, através do Fundo, isto criaria uma "disfunção" e impediria o Governo de utilizar os recursos de orçamento, através de seus órgãos competentes.

Cabe aqui uma indagação: o Governo quer criar um meio Conselho ou órgão que realmente possa traçar a política de controlar as ações de atendimento à infância e adolescência?

Sem possibilidade de gerir todos os recursos da assistência social, voltados para a área, não terá como o Conselho cumprir com suas funções.

O fato de se permitir que administre apenas os recursos destinados ao Fundo, via orçamento, reduz qualquer possibilidade de se tratar de proposta séria. O Conselho pode se transformar em mero expectador de programas caracterizados pela superposição, quando não inadequação, paralelismos, divergências e antagonismos, ou então que se tenham caráter meramente assistencialistas.

Neste ponto, devemos nos valer de exemplo nacional, para mostrar o desacerto de iniciativa semelhante a que esta sendo proposta.

Por falta de uma política para a criança e o adolescente - O Conselho Nacional só há pouco foi criado - os recursos do Governo Federal voltados para a área estão dispersos por diversos Ministérios e Órgãos, que os utilizam como bem entendem. Resultado: muitos milhões de cruzeiros da LBA acabaram no caixa de empresas fantasmas, ou em bolsos de parentes, em Canapi.

A citação pode não caber ao Paraná, mas vale como advertência.

#### CONCLUSÃO

VI - Feitas tais considerações, temos que afirmar a imperiosa necessidade de se readequar o texto, de acordo com toda legislação pertinente.

Para tanto, apresentamos substitutivo geral em anexo, lembrando que acabamos por acatar a maior parte do texto da Mensagem Governamental, uma vez que ela nada mais fazia do que repetir textualmente a Lei

nº 9.579. Em outros trechos abrimos mão de discordância com os pontos de vista do Governo, consideramos a permanência do assunto, de forma a facilitar a instalação do Conselho.

Afinal, o Governo levou um ano para explicar o que realmente pretende do órgão.

Isso significou, na prática, que o Estado não pode receber verbas federais, ou de particulares, assim como não foi traçada a política estadual de atendimento de crianças e adolescentes.

Perdeu-se um tempo inestimável e, forçadas pelas dificuldades provocadas por míngua dos recursos, até unidades de atendimento foram fechadas.

Não deve valer mais a argumentação de que prazos pretéritos, constantes na Lei, prejudicam a instalação de Conselho.

O que conta é a decisão política de instalá-lo imediatamente, e no justo formato da participação popular.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

##### PROJETO DE LEI Nº 492/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental nº 99/91, objetiva instituir o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, como prescreve o Art. 216, parágrafo único da Constituição Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, no intuito de proporcionar melhor qualidade à técnica legislativa, apresentou Substitutivo Geral, que resultou aprovado pelos integrantes daquele Órgão opinativo.

Não obstante o teor da sobremencionada emenda não descaracterizar a essência da Mensagem, este Relator propõe a Aprovação da Proposta nos estritos termos em que foi apresentada inicialmente "Ipso facto" rejeita o substitutivo Geral acolhido pela C.C.J.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 492/91

P A R E C E R:

AUTORIA: Poder Executivo

#### MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 99/91

O presente Plano de Lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 99/91, tem por finalidade criar o Conselho Estadual da Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o Art. 216, Parágrafo Único da Constituição Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente à sua aprovação, na forma de Emenda Substitutiva Geral, por ela apresentada, por entender que esta melhor se coaduna com a técnica legislativa. Esta Comissão chamada a opinar sobre a matéria, através de seu Relator, posiciona-se pela Aprovação da Mensagem Governamental nº 99/91, na forma apresentada e rejeita a Emenda Substitutiva Geral aprovada pela C.C.J.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 492/91

P A R E C E R:

O Projeto em tela objetiva a instituição do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, nos termos do Art. 216, da Constituição Estadual.

Foi-lhe apresentado Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, tendo tal emenda recebido parecer contrário das demais Comissões a que foi distribuído, fato ratificado por esta Comissão, que opina pela Aprovação do Projeto em sua tessitura original.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 492/91

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 99/91, a presente matéria objetiva instituir o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, em cumprimento à norma do Art. 216, da Constituição Estadual.

Recebeu da Comissão de Constituição e Justiça, parecer no sentido da apresentação de Substitutivo Geral, tendo merecido tal Substitutivo Geral o não acolhimento da parte das ditas Comissões de Finanças e de Educação, Cultura e Esportes.

Pelas mesmas razões, este Relator entende que o Substitutivo da C.C.J., não

vem de encontro ao espírito da Mensagem, de caráter eminentemente técnico, razão pela qual considera de bom alvitre a rejeição do substitutivo, com APROVAÇÃO da Mensagem no texto original.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente, solicitando decisão do Senhor Presidente, a respeito de questão regimental no Projeto de Lei nº 492/91. A Comissão de Educação.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a permitir ao professor de Educação Física a utilizar a carga horária, conforme específica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 148, de 11.11.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 511/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Dirceu Manfrinato vem apresentar projeto de lei que leva o número 511/91, objetivando autorizar o Poder Executivo - através da Secretaria de Estado da Educação - a permitir aos professores de Educação Física utilizarem carga horária por ocasião de atividades extra classe.

Tratando-se de uma medida meramente autorizatória, não vemos motivo para não aprovarmos a proposição em análise, uma vez que não encontramos nenhum dispositivo constitucional e legal, que não o permita.

Diante do exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### PROJETO DE LEI Nº 511/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, enseja autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a permitir que os professores de Educação Física exerçam atividades extra-classe no período regular da sua carga horária.

No mérito, há que se distinguir o melhoramento que, autorizada, a medida propiciaria ao desenvolvimento de atividades afins, de forma a ampliar a importância que a disciplina pode apresentar em termos sociais ou ainda, para aprimoramento técnico desse quadro específico de professores.

Por todos os motivos que se podem alinhar, o projeto de lei sob exame merece o integral acolhimento desta Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco (05) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei nº 511/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% (quarenta por cento) o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até quatro (04) salários mínimos, conforme específica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 163, de 04.12.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 579/91

P A R E C E R:

Sob nossa análise, o Projeto de Lei nº 579/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até quatro (04) salários mínimos.

Em sua justificativa, o ilustre proponente argumenta o drama dos aposentados e pensionistas do País e a defasagem nos seus contra-cheques. Finaliza afirmando que "falta um plano que estabeleça uma política justa e digna, e que traga a esta classe de idosos, um final de vida humano e tranquilo". O desconto de água e luz, aponta, seria um pequeno ato de justiça com grandes reflexos, a considerar-se a realidade dos seus beneficiários.

A Carta de 05 de outubro de 1988, em seu art. 1º, incisos II e III, afirma que a República - da qual faz parte o Estado - tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana. O art. 3º afirma constituir objetivos fundamentais da Re-

pública a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais.

Ora, a redução da sobrecarga dos aposentados, mesmo pela simples redução de parcela das taxas de água e luz, representará a ação concreta do Paraná no sentido de fazer valer o mandamento constitucional.

Antecipando-se à iniciativa ora sob análise, a Constituição Estadual, em seu art. 223, estabeleceu:

"Art. 223 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e propiciando-lhe fácil acesso aos bens e serviços coletivos". (grifos nossos)

Concluimos, em vista do exposto, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 579/91.

Em vista do exposto, e considerando o caráter autorizatório da propositura, manifestamos nosso parecer favorável ao projeto de lei em epígrafe, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 579/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado João Iensen, o projeto de lei em tela "autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até 04 (quatro) salários mínimos, conforme especifica."

Pela justificativa que acompanha a presente proposta, verificamos que se trata de uma medida de relevante alcance social.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela aprovação do projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 579/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por três (03) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por três (03) sessões, o Projeto de Lei nº 579/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná referente ao exercício de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 017, de 18.03.92 - 1ª Discussão).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### PROPOSIÇÃO Nº 28/92

P A R E C E R:

A Proposição nº 28/92, origina-se do Relatório do Exercício de 1990, elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico, referente aos Demonstrativos Orçamentário e Financeiro correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1991, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O exame do relatório constatou que a Lei Orçamentária previa um total de Cr\$ 448.278.156,00 que, em virtude da inflação, foi suplementado em Cr\$ 2.541.179.500,00, propiciando uma dotação global de Cr\$ 2.989.457.656,00. O saldo orçamentário chegou a Cr\$ 381.272.826,57.

O balanço financeiro, exigido pela Lei 4320/64 totalizou uma receita de Cr\$ 4.061.548.685,98, com um aumento percentual de 2725,67% em relação a 1989.

O balanço patrimonial, também exigido pela Lei 4320/64, totalizou um ativo de Cr\$ 495.364.537,71.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram de Cr\$ 2.357.828.920,80, correspondendo a 78,88% do orçamento.

Para atender os gastos com a manutenção dos serviços da Administração, Transferência e Auxílios, dispendeu-se a importância de Cr\$ 245.884.207,83, representando um aumento em relação a 1989, de 2765,80%.

As despesas de capital na parte Orçamentária, foram de Cr\$ 4.466.718,80 e na parte Extra Orçamentária foram de Cr\$ 210.368.129,11.

O relatório em questão revela que os referidos Demonstrativos Orçamentário e Financeiro, encontram-se em conformidade com a legislação vigente.

Neste sentido, manifestamo-nos favoráveis à aprovação das Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referen-



tes ao exercício de 1990, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.92.

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

JOAO IENSEN

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, no encaminhamento desse projeto, quer registrar a sua posição contrária à aprovação do mesmo, porque entendemos que as contas da Assembléia carecem de um processo de maior transparência, que justifica a nossa posição.

Alguns requerimentos de pedidos de informações repousam na Mesa deste Poder, praticamente desde o mês de fevereiro do ano passado, sem que tenha sido dada qualquer resposta ou satisfação à nossa Bancada. Nossos requerimentos acerca por exemplo, das informações sobre o quadro funcional da Assembléia, dos ativos, inativos, do enquadramento, enfim, da situação dos funcionários da nossa Casa, até o momento não foram respondidas.

Nosso requerimento sobre a utilização e aquisição de equipamentos de veículos, também não foi até hoje esclarecido, e o que é mais grave é que, os Deputados que fazem parte deste poder, lamentavelmente estão colocados em posição inferior a qualquer cidadão comum que tem o direito constitucional de obter informações e certidões, sobre qualquer dos órgãos públicos existentes nesse País. E nós, como Deputados eleitos pelo povo, com a função específica e principal de, além de legislar, fundamentalmente, exercer o poder de fiscalização sobre todos os Poderes do Estado do Paraná, porém não temos tido acesso às informações que estamos postulando.

E nesse sentido o voto contrário do Partido dos Trabalhadores que pedimos, num gesto de coerência, de preservação ou pelo menos, de demonstração de inconformismo com a política adotada pela Mesa da Assembléia, e que acompanhe a petição da Bancada do PT em rejeitar este projeto.

E nós queremos aqui, neste momento, solicitar à Mesa da Assembléia, que publique, de forma exemplar e transparente, conforme determina a Constituição e os princípios elementares da Administração Pública, os balancetes discriminados de todas as despesas deste Poder. Que tenham os Deputados, efetivamente, acesso aberto, franqueado e a qualquer momento, das contas da Assembléia Legislativa do Paraná, do seu quadro funcional de ativos, inati-

vos, da sua forma de admissão, de remuneração, etc, porque não podemos exigir transparência, não podemos cobrar a fiscalização de outros Poderes, sem que tenhamos aqui os mecanismos exemplares de transparência que nós deveremos exigir dos demais.

Neste sentido, Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores pede a esse Poder, em sinal de preservação das nossas funções constitucionais que a gente, efetivamente, possa ao reprovar as contas deste Poder, não num ato de desafio ou de desconfiança fortuita em relação à postura da Mesa da Assembléia, mas sim num ato de exigir a transparência que é um direito constitucional, assegurado a todos os cidadãos, e que muito mais direito têm ainda aqueles que detêm um cargo público com a função específica de tomar conhecimento de forma transparente em cargos dados, para após isso dar o seu aval e poder sustentá-lo. Porque, se amanhã alguém me pedir, pedir a qualquer um dos Deputados, na rua, como estão os gastos deste Poder, eu duvido que à exceção de dois ou três Parlamentares nesta Casa, alguém possa dizer com segurança, a situação efetiva dos gastos, nesse Poder.

É por isso que nós estamos pedindo esse ato de rebeldia do Plenário, mas um ato salutar e que procura, na verdade, indicar à Mesa o caminho de adoção de mecanismos transparentes, éticos e em conformidade com os princípios da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O relatório do exercício de 1990, que a Assembléia está votando hoje, será encaminhado a Vossa Excelência, para que Vossa Excelência possa apreciá-lo com o devido cuidado.

O SR. ERNANI PUDELL - Com as demais informações, Sr. Presidente, que estamos solicitando desde o ano passado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é Deputado, tem direito a qualquer informação, mas se Vossa Excelência quiser usar um pouco de demagogia, concordarei com Vossa Excelência.

Será publicado no Diário da Assembléia, Vossa Excelência poderá tirar os exemplares necessários.

Em votação o Projeto. Aprovado, com exceção da Bancada do PT.

Sobre a mesa, requerimento de nº 324, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 323, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos de n°s 321 e 322, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 319, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 327, de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 329, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 331, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, com apoio dos Srs. Deputados Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. A Presidência para opinar.

Requerimento de n° 306, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O Presidente da BISA virá acompanhado pelo Secretário competente, Secretário da Fazenda.

Requerimento de n° 305, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelos autores.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Entendo que fazermos o registro dessa matéria seria de certa forma prematuro, tendo em vista que aprovamos a vinda do Sr. Walter Senhorinho a esta Casa para prestar esclarecimentos.

Razão pela qual, recomendamos aos demais, que antes de termos aqui a exposição por parte do Sr. Walter Senhorinho acerca do assunto que está sendo solicitado para incluir nos Anais da Assembléia Legislativa, que não nos precipitemos, até porque faremos o juízo acerca daquilo que coloca a matéria jornalística após as explanações do Sr. Walter Senhorinho.

Então, por esta razão, recomendamos a rejeição do presente requerimento.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós retiramos o requerimento, uma vez que, já vindo o representante da BISA para nos explicar, e como já foi lido da tribuna esse material, ele já está incluído nos Anais da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o requerimento.

A Mesa, atendendo ao requerimento do Deputado Líder do PSDB, Sr. Deputado Her-

mas Brandão, prorroga para o dia 13 a sua decisão da composição das Comissões, tendo em vista que o Sr. Deputado Hermas Brandão alegou que o término da filiação partidária é no dia 02, após o que a Mesa vai compor as Comissões, de acordo com as indicações das Lideranças.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para que Vossa Excelência esclareça ao Plenário: nós implantamos aqui a Lei Complementar n° 62, que permitia a criação de municípios, sobre ela o governador arguiu a inconstitucionalidade e foi concedida liminar. Entendemos nós que, em razão disso, não poderíamos estar votando projetos de criação de novos municípios, e temos visto isto acontecer nas sessões plenárias.

A indagação que fazemos a Vossa Excelência para que seja esclarecido o Plenário, se a Assembléia Legislativa recorreu desta decisão do Tribunal Superior, que concedeu liminar; suspendendo os efeitos da Lei Complementar n° 62, e qual seria, se existe em função das providências tomadas pela Assembléia, as condições para que possamos incluir na Ordem do Dia, projetos de nossa autoria e de outros Deputados, que tratam da criação de novos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência que a Assembléia recorreu da liminar constituinte pelo Supremo Tribunal Federal. Posso informar também ao Plenário que a decisão foi por cinco a três, votando com a Assembléia o Presidente, o Relator e o Ministro, sem que o Supremo tivesse informações por parte da Assembléia.

Lamentavelmente o Governo devolveu alguns projetos sem sancioná-los ou vetá-los, e concomitantemente, assim sorrateiramente, entrou com um pedido da suspensão da lei; mas os municípios cujos plebiscitos foram realizados no ano de 1991, a Assembléia continuará apreciando.

O Líder do PST indica a composição da sua Bancada ao DL para providência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 1°, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 508/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 471/91 e do Projeto de Resolução n° 004/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s.

386, 460, 465, 509, 510, 563 e 604/91.

Levanta-se a sessão.

## Ata de Comissão:

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Durval Amaral, Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto, Rafael Greca de Macedo, Emília Belinati, Nelson Justus e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação. Passou-se então à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 64/92, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati. APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 14/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati. APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 47/92, de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati. APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 02/92, oriundo do Tribunal de Justiça. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati. APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 33/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer Favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo. APROVADO; 06) Projeto de Resolução n° 79/91, de autoria do Deputado Edson Lino. O Deputado Relator Luiz Carlos Martins requer diligência. DEFERIDO; 07) Projeto de Resolução n° 81/91, de autoria do Deputado Edson Lino. O Deputado Relator Luiz Carlos Martins, requer diligência. DEFERIDO; 08) Projeto de Lei n° 604/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer Favorável do Deputado Luiz Carlos Martins, apresentando também Emenda Modificativa Corretiva - APROVADOS; 09) Pro-

jeto de Lei n° 09/92, oriundo do Tribunal de Justiça. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 41/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 554/91, de autoria do Deputado Elío Rusch. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 71/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. O Deputado Relator, Mário Bezerra, requer diligência - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei n° 62/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 14) Projeto de Resolução n° 80/91, de autoria do Deputado Edson Lino. O Deputado Relator, Mário Bezerra, requer diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei n° 57/92, de autoria do Deputado Heinz Herwig. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 199/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 17) Proposição Veto n° 17/92, oriundo do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 585/91, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 50/92, de autoria do Deputado Mário Bezerra e outros. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 473/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 240/91, de autoria do Deputado Nilton Servo. Parecer Contrário do Deputado José Tavares - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 382/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 52/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Relator José Tavares, requer diligência - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei n° 72/92 de autoria do Deputado João Iensen. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

Secretária